

ANÁFORA: MECANISMO COESIVO DE REFERENCIAÇÃO TEXTUAL

Letícia Cristina Vieira Ferreira

Lúcia Sá Rebello¹

Resumo: Através desse trabalho, realizado com base em perspectivas teóricas, a anáfora é definida como constituinte essencial na coesão referencial. Sendo um texto muito mais que um mero agrupamento de frase e palavras, a textualidade é o que legitima e caracteriza o texto como sendo um veículo que vai além da mera informação e entretenimento, já que constitui uma relação contratual entre leitor e escritor. Dessa forma, a coerência e a coesão são fundamentais para a sua estruturação e anáfora é apresentada como peça-chave na retomada referencial.

Palavras-chave: Coesão; referentes; anáfora

1 Introdução

Este trabalho procurará, através de pesquisas teóricas, compreender, identificar e discutir o uso de termos anafóricos recorrentes na estrutura textual.

A anáfora, por se tratar de um recurso coesivo que busca a manutenção de sentidos referidos anteriormente, será o objeto central desenvolvido e discutido nesse trabalho, devido a sua importância na construção coesiva de um texto.

Dentre os muitos fatores de textualidade (que comprova e legitima um texto) existentes, caberá a esse artigo um olhar especial à coerência e à coesão, principalmente a esse último, por estabelecer relações de sentido que constituem o “tecido do texto”, os elos que unem e dão sequências aos termos semânticos que o compõem. A coesão será, portanto, a peça formadora, a base para o estudo discutido neste presente trabalho: o uso de termos anafóricos como mecanismo de coesão referencial. Sendo assim, um breve estudo, desde a expansão da Linguística Textual ao estudo da anáfora referencial constituirá a proposta deste trabalho, o qual não deverá ser visto como um modelo acabado, mas sim como uma linha de

¹ Professora da 5ª edição do Curso de Especialização em Gramática e Ensino da Língua Portuguesa – UFRGS.

reflexões que visam à compreensão e à interpretação dos campos semânticos referenciais para construção de um texto bem estruturado e coerente. Para tal proposta, haverá todo um embasamento teórico referente aos assuntos que serão vistos.

Cabe salientar que a coesão referencial é realizada com o auxílio de vários outros elementos de natureza gramatical e, assim, cada um desses possui uma função peculiar dentro da superfície textual. Entretanto, esse fenômeno será utilizado para a organização das idéias no âmbito textual visando à conceituação e ao entendimento da anáfora, o assunto central a ser apresentado.

2 A Linguística Textual

O ensino-aprendizagem de uma língua está no texto. Essa afirmação, confirmada por professores de línguas maternas e estrangeiras, reforça a importância que um texto possui, pois esse não se trata apenas de informação ou de entretenimento, mas, principalmente, de transmitir idéias e pensamentos entre escritor e leitor.

Nessa interação, é fundamental aos dois o conhecimento de um mesmo código linguístico (“falar a mesma língua”) e, por conseguinte, uma cooperação mútua. Sendo assim, o escritor vai procurar estruturar o seu texto de modo que este se ajuste ao o que ele conhece do mundo mental de seu leitor, transmitindo informações que acredita já serem de domínio de seu interlocutor, considerando-as ou como informações dadas ou novas. Já o leitor, em seu turno, vai procurar interpretá-las, acionando a sua memória, o seu conhecimento adquirido com a sua vivência de mundo e com aqueles adquiridos com a sua educação formal. Trata-se, então, de uma espécie de contrato preestabelecido entre ambos.

O texto é, portanto, um instrumento de intermediação entre o leitor e o escritor. De acordo com Koch (1994:14), texto é: “a unidade básica de manifestação da linguagem (...) é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõe: A diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é sim, de ordem qualitativa”. Ou seja, ele deve formar todo um conjunto significativo, no qual se prima a sua qualidade e não a sua quantidade.

Visto sob essa perspectiva, o texto é objeto de investigação da Linguística Textual, já que o ser humano se comunica através dele e que há uma série de fenômenos linguísticos que só se explicam dentro de textos. Daí, portanto, os estudos científicos recentes voltados para essa área de conhecimento linguístico, como o desenvolvimento de uma gramática específica que possui a finalidade de solucionar, esclarecer e explicar possíveis dúvidas pertinentes no âmbito textual.

Assim sendo, a linguística textual é a ciência da estrutura e do funcionamento dos textos. Constitui um novo ramo da linguística que começou a se desenvolver na Europa durante a década de 60, de modo especial na Alemanha.

Devido às falhas das gramáticas da frase no tratamento de fenômenos como a referência, a correferência, a pronominalização, a seleção dos artigos (definidos e indefinidos), a ordem das palavras no enunciado, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções e a concordância entre os tempos verbais, ou seja, fenômenos esses que só podem ser esclarecidos em referência a um contexto situacional, constituem as causas para o desenvolvimento dessa ciência.

Todo falante de uma língua possui a competência textual de compreender e de diferenciar uma produção coerente de outra incoerente. As habilidades que esse falante possui, tais como a de resumir, atribuir um título ou a de produzir a partir de um título dado e a de distinguir dentre os vários tipos encontrados (como, por exemplo, uma receita de bolo a uma poesia), justificam o porquê de uma gramática textual, visto que todo texto vai além de um aglomerado de frases que o compõe.

Para Fávero e Koch,

texto, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (quer se trate de um poema, uma música, uma pintura, um filme, uma escultura, etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação que é realizado através de um sistema de signos. (Fávero e Koch, 1983, p. 25)

Mas, o que faz o texto ser de fato um texto? Como visto anteriormente, há a capacidade intuitiva de distinguir textos de não textos, porém, é difícil definir o que faz um texto ser exatamente visto como tal.

O texto é um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza pela ocorrência de textualidade, sendo que essa possui a coerência como uma das propriedades mais

fundamentais para legitimá-lo. No entanto, esse presente trabalho apresentará, de forma introdutória, dois elementos que compõem a textualidade, dentre outros, a coerência e a coesão textuais.

3 Coerência e Coesão Textual

O texto precisa ser percebido como um conjunto global, lógico, uma unidade de significado. Se for assim percebido, possui coerência. É essa que conecta as idéias de um texto, sendo, portanto, a coerência textual uma conexão de idéias que conferem sentido a um texto.

Parte dessa percepção resulta da continuidade estabelecida por relações entre as frases. Isto é o que se chama de coesão textual. Sendo assim, essa demonstra uma importância dos elementos da língua, os seus valores e usos – os conhecimentos linguísticos – para a produção do texto e sua compreensão, ou seja, para o estabelecimento da coerência.

Segundo Koch e Travaglia,

a coerência está diretamente ligada à possibilidade de se estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido aos usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido desse texto. (Koch e Travaglia, 1990, p. 21)

Dessa forma, nota-se que é a coerência que permite que uma sequência linguística seja vista como um texto, pois, através de vários fatores, estabelece relações (sintático-gramaticais, semânticas e pragmáticas) entre os elementos, permitindo, assim, a construção e a percepção de uma sequência (de morfemas, palavras, expressões, frases, parágrafos, capítulos, etc.).

Já a coesão – conexão entre palavras e frases – pode ser comparada a uma linha que costura e une os elementos, referindo-se aos modos nos quais os componentes que fazem parte da estrutura textual estão unidos entre si dentro de uma sequência lógica e compreensível, construindo e tornando o texto, dessa forma, mais legível. Essas conexões podem ocorrer no nível semântico (referentes aos sentidos vinculados) ou no nível sintático (referentes às questões de ordem dos seus constituintes).

Halliday e Hassan (apud FÁVERO, 2010), numa obra que se tornou referência básica sobre a coesão textual, escrevem que a coesão é uma relação semântica entre um elemento do texto e algum elemento crucial para a sua interpretação, estabelecendo relações de sentido que utilizam um conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes. Ou seja, há certa relação de dependência entre elementos para que se estabeleçam significados.

Esses autores citam que há cinco mecanismos, segundo eles, os quais a coesão textual procede: *Referência*, *Substituição*, *Elipse*, *Conjunção* e *Lexical*. Salienta-se que a *referência* é a categoria de interesse desse artigo; as demais foram apenas citadas como participantes dos mecanismos coesivos.

A referência diz respeito aos itens da língua que se relacionam a outros elementos necessários à sua interpretação, ao invés de serem interpretados semanticamente pelo seu sentido próprio. Para os autores, a comunicação ocorre através de referências, as quais estão ligadas ao mundo externo *situacional*, assim como ao plano *textual*.

Segue-se, abaixo, um esquema de referência de Halliday e Hassan que pode ser analisada através da figura de Koch.

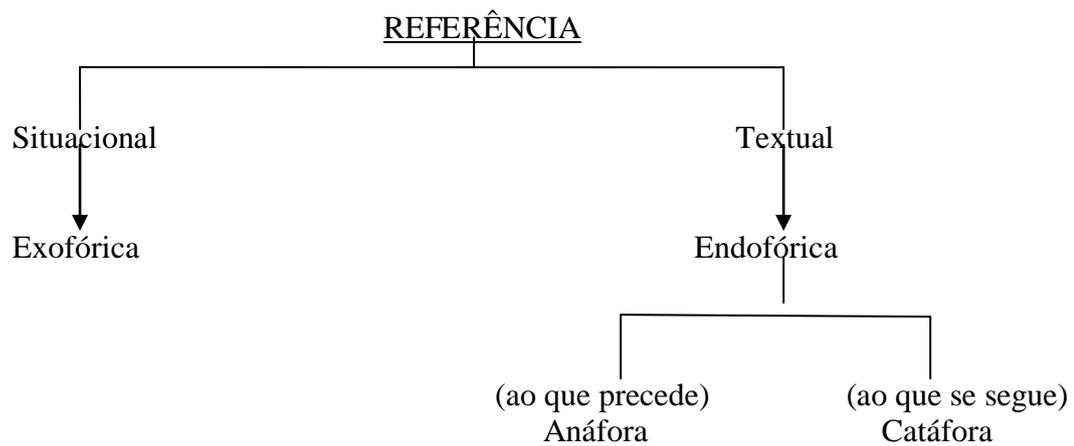


FIGURA 1: A Referência segundo Halliday e Hassan.

Fonte: Koch, 1994, p. 20

A referência é assim denominada *exofórica* quando a remissão é feita a algum elemento que se encontra fora do texto (extralinguística). Diz respeito à situação comunicativa, no qual o referente está fora do texto. Já na referência *endofórica*, essa

remissão é feita nos limites do texto no qual o referente está situado, podendo proceder ou suceder o item com o qual se relaciona.

O tipo mais comum de referência endofórica é aquele em que a remissão ocorre por procedência – *anáfora*. Os mecanismos coesivos de retomada *anafórica* (referentes a itens lexicais já mencionados no discurso) garantem a unidade temática dos textos, pois promovem a manutenção dos sentidos referidos. Os seus constituintes pronominais (anáforas realizadas por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos) prestam-se especialmente a esse modo de referenciação.

Passemos a analisar o exemplo abaixo:

(1) “Com 800 milhões de usuários em seu Facebook, o americano *Mark Zuckerberg* (A) é o homem mais poderoso da internet. Há alguns dias *ele* (B) mudou as regras da sua rede social.” (Veja, 05 out. 2011, p. 90)

A interpretação de (A) remete a exterioridade, pois a sua interpretação só será possível se o leitor/ouvinte souber quem é Mark Zuckerberg. Trata-se, portanto, de uma *referência exofórica*. No entanto, a interpretação de (B) remete a (A), tratando-se, por sua vez, de uma *referência endofórica*, pois se encontra expressa. Como essa retomada coesiva foi realizada com um item anterior – (B) encontra-se posterior a (A) – *ele* é um *referente anafórico*.

Porém, quando a referência endofórica se articula numa conexão com o item subsequente, ocorre a chamada *catáfora*. Embora seja menos frequente do que os procedimentos anafóricos, os mecanismos *catafóricos* contribuem de modo considerável para a coesão textual, pois está a serviço da expansão temática, dos sentidos novos articulados na superfície textual; a anáfora, por sua vez, pela manutenção e expansão do fluxo textual ao organizar progressivamente informações já conhecida pelos interlocutores.

(2) “Será um ambiente em que usuários encontrarão *tudo* o que procuram – *amigos, informações, emprego, produtos, recomendações, diversão.*” (Veja, 05 out. 2011, p. 93)

Tudo: referente catafórico de amigos, informações, emprego, produtos, produtos, recomendações, diversão.

Halliday e Hassan também descrevem que a referência apresenta três tipos: a *pessoal*, na qual o elemento coesivo de referência é um pronome pessoal ou demonstrativo; a

demonstrativa, através do pronome demonstrativo ou do advérbio de lugar, e a *comparativa*, por via indireta, através de identidades ou similaridades.

Retomando o exemplo (1):

(1) “Com 800 milhões de usuários em seu Facebook, o americano *Mark Zuckerberg* (A) é o homem mais poderoso da internet. Há alguns dias *ele* (B) mudou as regras da sua rede social.” (Veja, 05 out. 2011, p. 90)

Somente é possível interpretar o significado de (B) se (A) for revisto. Neste sentido, (B) depende totalmente do seu antecedente (A) para ser interpretado. (A), nesse exemplo, é o referente de (B). Esse possui com o seu antecessor uma relação de *referência pessoal*, já que é retomado através do uso do pronome pessoal (ele).

Conforme visto, há certos itens na língua que possuem a função de estabelecer referência. A coesão referencial é executada com o auxílio de vários elementos de natureza gramatical que possuem, por sua vez, funções peculiares dentro da superfície textual. Assim, um elemento da superfície do texto remete a outro.

3.1 A Coesão Referencial

Fávero (2010) apresenta uma nova proposta para a classificação da coesão: a *referencial*, que engloba a referência (exofórica e anafórica), a elipse e a definitivização; a *lexical*, que englobaria a reiteração e a substituição; *sequencial*, com a temporal e a conjunção, baseada na de Halliday e Hassan. Nessa classificação apresentada pela linguista, a coesão referencial pode ser obtida por *substituição* e por *reiteração*.

A primeira se dá quando um componente é retomado ou precedido por uma *proforma*, que é entendida como um elemento gramatical que representa uma categoria, como, por exemplo, o nome. As proformas, segundo Fávero, podem ser classificadas como *pronominais*, *verbais*, *adverbiais* e *numerais*. No caso de uma proforma que sucede algum item lexical, tem-se a catáfora, já no caso de retomada, a anáfora.

Assim, a anáfora é a responsável por estabelecer uma relação coesiva de referência que permite a interpretação de um item pela relação em que se encontra com algo que o precede no texto, como nos exemplos de *proformas anafóricas*:

(3) “Cada brasileiro com perfil no Facebook passa, em média, duas horas e meia nos domínios de *Zuckerberg**. *Ele* quer mais. Muito mais.” (Veja, 05 out. 2011, p. 91)

Ele: proforma pronominal anafórica (refere-se à *Zuckerberg*, o antecedente, citado anteriormente)

**Zuckerberg*: anáfora nominal de Mark Zuckerberg (citado anteriormente, há alguns parágrafos anteriores a essa frase)

(4) “Será possível, por exemplo, *assistir a filmes dos estúdios Dream Works, Paramount e Universal*, bastando para **isso** ter uma conta no Netflix, site de vídeo por demanda que acaba de chegar ao Brasil.” (Veja, 05 out. 2011, p. 95)

Isso: proforma pronominal anafórica (refere-se à oração anterior).

(5) “Atualmente, há gente utilizando a rede com fins lucrativos, religiosos, comerciais, sociais, profissionais e ainda para mobilização social ou caridade – grandes companhias e famosos também estão *lá*–, como mostram os personagens que ilustram esta reportagem.” (Veja, 05 out. 2011, p. 97)

Lá: proforma adverbial anafórica (refere-se ao Facebook, citado em parágrafos anteriores)

(6) “*Eles* só trocam as bandas ruins. A programação está um lixo.” (frase dita por João Gordo, que tocou no secundário Palco Sunset do Rock in Rio, como convidado da banda Korzus. (Veja, 05 out. 2011, p. 61)

Eles: referencial exofórica. *Eles* está se referindo a quem? Aos produtores musicais do evento? Ou aos empresários que contratam as bandas? Aos responsáveis pela programação?

Nesse último exemplo (uma declaração dada numa entrevista e que foi posteriormente escrita, mas mantendo-se original pelo que foi dito pelo entrevistado), há dificuldades em se identificar o antecedente do termo *eles*. Isso se deve ao fato dessa expressão necessitar de um contexto situacional (social ou cultural). *Eles* é um referente que está se interligando a algum antecedente, embora não tenha sido visualizado anteriormente na frase.

Retoma-se, então, através de um esquema ilustrativo, a classificação apresentada por Fávero:

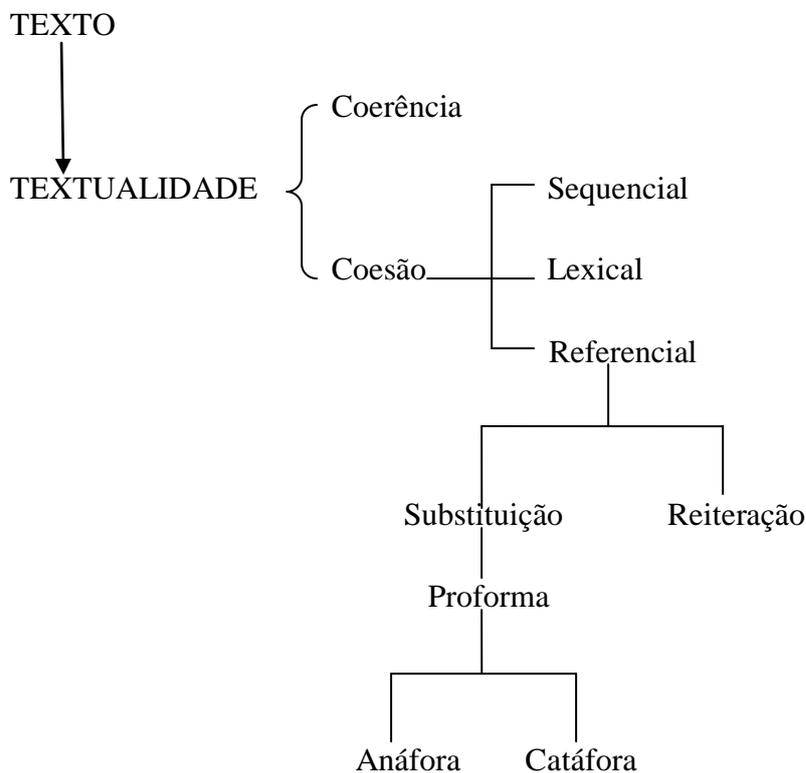


FIGURA 2: Esquema ilustrativo sobre a coesão referencial apresentada por Fávero

Fonte: FÁVERO, 2010, p. 19

De acordo com a autora, a referência faz com que o leitor associe certo signo a um objeto tal como ele o percebe na cultura em que vive. Revendo, então, o exemplo (1), percebem-se alguns elementos referenciais:

Mark Zuckerberg = homem mais poderoso da internet = ele

Sendo assim, o *homem mais poderoso da internet* é um referente associado à forma a qual Mark Zuckerberg, o criador da rede social Facebook, é visto atualmente. No entanto, se o item de referência *ele* for tomado isoladamente, será vazio de significado, diferentemente do referente anterior. Para interpretar *ele*, será necessário procurar a informação que lhe dê significância.

Assim, a análise das anáforas podem se realizar no quadro da dimensão sequencial pelo fato de aparecerem no segmento dos enunciados, assegurando a continuidade dos termos

de um enunciado a outro. Considera-se então, por essas constatações, que a anáfora faz parte do processo de criação de uma cadeia referencial no interior de um texto.

4 A anáfora

Revedo o que fora discutido anteriormente, para que o texto tenha continuidade temática e seja coerente a partir das informações conhecidas do interlocutor, o locutor do texto vai inserindo novas informações semânticas de maneira gradual. Caso o interlocutor não consiga estabelecer pontes entre as informações novas com aquelas que já lhe são conhecidas devido a um elevado número de informações, esse texto poderá lhe ser incoerente.

Se pensarmos na construção de uma casa, veremos que as paredes são fundamentais para a sua sustentação. No texto, as idéias, as informações e os argumentos poderiam ser comparados aos tijolos que, dispostos lado a lado, permitem que as paredes de uma casa sejam erguidas. No entanto, a argamassa é que vai unir os tijolos da construção. Analogicamente, assim se percebe os processos de coerência e de coesão textuais: a coerência seria os tijolos que constroem e sustentam a casa (nesse caso, o texto); já a coesão, a argamassa que une os elementos em agrupamentos para que se estabeleça uma ligação entre eles.

Dessa forma, dentre os processos de coesão de um texto está justamente um que diz respeito à ligação, a sinalização entre a informação nova e a dada – a anáfora.

Anáfora, do grego *anaphorein*, significa *lembrar, repetir*. Há registros de seu uso desde o século 2 d.C nos escritos do gramático Apolônio Díscote que empregava essa noção para referir-se aos pronomes que remetem a segmentos do discurso.

Modernamente, a anáfora é um fenômeno textual de referenciação e de correferenciação (mesma referência), de ativação e de reativação de referentes ao longo do texto. Possibilita a retomada/repetição pelo viés da pronominalização de um elemento do contexto esquerdo anterior, determinando, assim, um trabalho de interpretação da referência dos elementos nela envolvidos.

Há várias concepções na caracterização de uma anáfora, trazendo, portanto, dificuldades na sua definição. Vejamos novamente o exemplo (6), o qual possui um elemento que está fazendo referência a outro não expresso na superfície textual. Sua interpretação recorre ao contexto.

Observe-se o exemplo (6):

(6) “*Eles* só trocam as bandas ruins. A programação está um lixo.” (frase dita por João Gordo, que tocou no secundário Palco Sunset do Rock in Rio, como convidado da banda Korzus. (Veja, 05 out. 2011, p. 61)

Consequentemente, para alguns autores, a anáfora, além de ser um *fenômeno textual*, trata-se de um *fenômeno de memória*, pois indicará uma ligação a um referente já conhecido e manifestado pela memória operativa ou de trabalho do leitor/interlocutor do discurso. Trata-se, portanto, do uso de inferenciais (idéias implícitas a partir do conhecimento de mundo), cujo emprego permite encontrar o referente adequado e assim localizar a situação imediata e identificar o saber partilhado pelos interlocutores. Sendo assim, a concepção de anáfora como fenômeno de memória renuncia ao critério textual, pois considera como determinante o conhecimento que o interlocutor tem do referente.

Mas, a definição de anáfora, seja ela textual ou de memória, implica a necessidade de se encontrar, no texto ou na memória discursiva, a entidade pertinente para a sua interpretação.

Segundo Figueiredo (2003), dentre outras condições que influem consideravelmente para a interpretação da anáfora, destaca-se a sua relação identificável com o antecedente, tendo a *retoma* como processo pelo qual se estabelece essa ligação. Não se deve pensar em retoma apenas no sentido restrito de repetição, mas sim em por significado na relação de um elemento do texto com o seu antecedente referencial de modo a estabelecer linhas de continuidade que assegurem a coesão textual.

Cabe lembrar que numa relação anafórica, o antecedente é sempre dotado de autonomia referencial, enquanto o termo anafórico só é interpretável pela sua dependência em relação à interpretação atribuída ao antecedente. Portanto, a relação anafórica caracteriza-se pelo fato do antecedente ser referencialmente independente em relação ao termo anafórico, enquanto este é referencialmente dependente em relação ao antecedente.

Conclui-se, dessa forma, que as relações anafóricas se caracterizam pelos seguintes fatos verificados simultaneamente, conforme Marques (2009):

- i. A existência de um processo de identificação referencial;
- ii. A existência de uma expressão linguística que funcione como antecedente;
- iii. O fato de o termo anafórico ser desprovido de autonomia referencial;
- iv. A existência de uma relação de retoma cuja interpretação está dependente de outras expressões referenciais presentes no contexto anterior.

Sendo assim, o procedimento anafórico depende do grau dessa retoma, em cada um dos pontos da cadeia textual. Assim, a retoma poderá ir do reconhecimento total (identidade referencial) até a disjunção parcial ou total (anáfora por associação), permitindo, então distinguir a anáfora em diversos tipos.

4.1 Tipos de anáfora

De acordo com Figueiredo, a anáfora (2003: 229),

ou resulta de um prolongamento natural do antecedente por meio de repetição ou substituição, o que se traz em uma âncora correferencial, ou resulta de processos inferenciais, de saberes enciclopédicos, o que traduz em uma anáfora não correferencial (associativa). É dentro deste modelo de anáfora que, normalmente, os linguistas distinguem dois tipos clássicos de anáforas nominais. (Figueiredo, 2003, p. 229)

As expressões anafóricas podem retomar uma referência anterior (nesse caso, serão correferenciais) ou podem ativar um novo referente cuja interpretação está dependente de outras expressões referenciais anteriormente presentes no texto (não correferenciais, nesse caso).

Vejam as frases:

(7) “A *Nação Facebook* tem um comandante supremo, que atende pelo nome de Mark Zuckerberg, um americano obstinado e malvestido de 27 anos. *Essa nação* agora possui novas regras, que Zuckerberg classifica como inovações.” (adaptado de **Veja**, 05 de out. 2011, p. 91)

O grupo nominal *essa nação* retoma a expressão anterior *a Nação Facebook*, ou seja, faz menção a mesma entidade e depende do seu antecedente para que a realidade para a qual remeta seja identificada. Logo, *essa nação* é uma expressão correferencial e anafórica. Vê-se, assim, que existe referência correferencial sempre que o termo anafórico (*essa nação*) retoma o antecedente (*a Nação Facebook*), ou seja, designando o mesmo nome.

(8) “Nos próximos dias, *Huck* completa um ano de atividades no Facebook. *O apresentador* diz que sua página no Facebook – com quase 2 milhões de fãs – é um valioso instrumento de pesquisa para a produção de seu programa semanal.”
(adaptado de **Veja**, 05 de out. 2011, p. 94)

Já no exemplo (8) a expressão *o apresentador* não é correferencial com nenhum grupo nominal anterior, mas possui parte de seu significado apoiado na expressão *Huck*, pois a expressão *o apresentador* tem como referente atual de *Luciano Huck*, que foi anteriormente mencionado. Por assim dizer, é uma expressão não correferencial, no entanto, é anafórica.

Assim, pode-se dizer que a afirmação de que a anáfora é sempre correferencial com o seu antecedente não é válida, já que nem todas as anáforas são correferenciais. O que se pode afirmar é que se trata de anáfora quando a interpretação de uma expressão depende de outra que esteja presente no contexto verbal (o antecedente). Conclui-se, então, que há casos em que o termo anafórico e o antecedente são correferentes, mas há outros em que a relação anafórica se realiza sem recurso ao processo de correferência.

Considerando-se a variabilidade de perspectivas existentes ao fenômeno anafórico, será apresentada, a seguir, uma proposta tipológica para a ocorrência e a interpretação da anáfora. Após distinguir as anáforas correferenciais e as não correferenciais, este trabalho se restringirá essencialmente aos tipos de anáfora não correferenciais, em especial nas anáforas não associativas pronominais e as não associativas nominais. No entanto, os demais tipos serão apenas citados, para um breve esclarecimento. As terminologias tradicionais, como anáfora fiel, infiel, por nominalização e associativa foram preteridas em troca da bipartição entre anáfora correferenciais e anáfora não correferenciais, pois essas nomenclaturas parecem ser mais claras. O objetivo primordial é o de explicitar e compreender os processos anafóricos com clareza e objetividade.

4.1.1 A Anáfora Correferencial (ou Anáfora Direta)

A anáfora correferencial corresponde, conforme visto anteriormente, às expressões anafóricas que retomam uma mesma referência anterior.

Abaixo, um esquema das diferentes tipologias desse tipo de anáfora, dividindo-as em três grupos: as anáforas por repetição, as anáforas por elipse e as anáforas por substituição. Este último grupo será subdividido em pronominais e nominais.

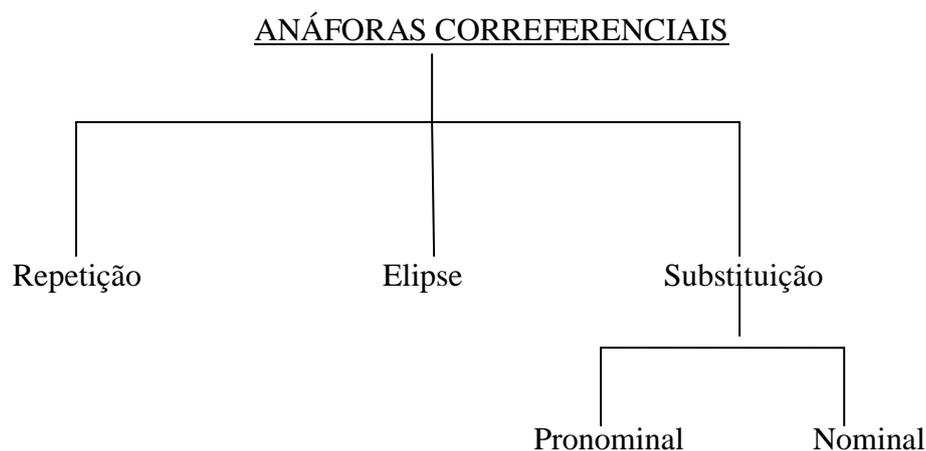


FIGURA 3: Esquema ilustrativo das Anáforas Correferenciais

Fonte: Marques, 2009, p.36

A *anáfora correferencial por repetição*, também conhecida como anáfora fiel, implica na retomada de um segmento anterior mediante o uso do pronome demonstrativo/definido, diferenciando-se só o determinante de uma ocorrência em relação à outra, pois o nome-núcleo se mantém. Traz, portanto, pouca informação nova ao texto.

Na *anáfora correferencial por elipse*, a retoma é realizada pelo apagamento do termo anafórico. No entanto, alguns linguistas consideram a anáfora correferencial por elipse sendo um processo de substituição, porém, para outros, os dois processos só tem em comum o fato de evitarem a repetição vocabular, pois diferem na medida em que a anáfora por substituição pressupõe uma mudança nas categorias gramaticais.

Já na *anáfora correferencial por substituição*, utiliza-se recursos léxico-gramaticais que evitam a repetição vocabular, podendo realizar-se ou por pronominalização ou por substituição lexical (nominal), tendo, este último, a sua subdivisão em substituição por

sinonímia (uso de sinônimos) e/ou por hiperonímia (relação entre hiperônimo e seus hipônimos).

4.1.2 A Anáfora Não Correferencial (ou Anáfora Indireta)

A anáfora não correferencial, ou também conhecida como anáfora infiel, quanto à progressão, é aquela que é *temática* e *remática*, pois apresenta uma parte de informação antiga (fornecida pelo antecedente) e uma parte de informação nova (constituída pela entidade nova introduzida pelo termo anafórico), assegurando, dessa forma a continuidade e a novidade. Diferenciando-se da correferencial, no qual o termo anafórico retoma o valor semântico de seu antecedente, na não correferencial o termo anafórico introduz uma entidade ainda não mencionada, mas cuja especificidade depende da entidade denotada pelo antecedente.

Trata-se de empregar outra denominação para uma realidade idêntica, sendo assim, possível traduzir um ponto de vista particular, um juízo, uma opinião favorável, uma crítica, ironia, etc.

Um exemplo ilustrativo:

(9) *Mark Zuckerberg* criou o Facebook quando ainda estava na universidade de Harvard. *O jovem “nerd” / o gênio precoce da informática* / nem imaginava o quanto a sua criação seria popular hoje em dia. (adaptado de **Veja**, 05 de out., p.97)

Nesse exemplo, os termos anafóricos (*O jovem “nerd” / o gênio precoce da informática*) carregam uma opinião a respeito de seu referente (*Mark Zuckerberg*). Portanto, nesse tipo de anáfora, é sempre obrigatória a presença de elementos que permitam determinar uma relação de sentido entre o antecedente e o termo anafórico para estabelecer a coesão referencial do texto (no caso, o fato de ainda ser estudante numa das mais importantes e renomadas universidades dos Estados Unidos).

Segue-se uma organização esquemática das anáforas não correferenciais:

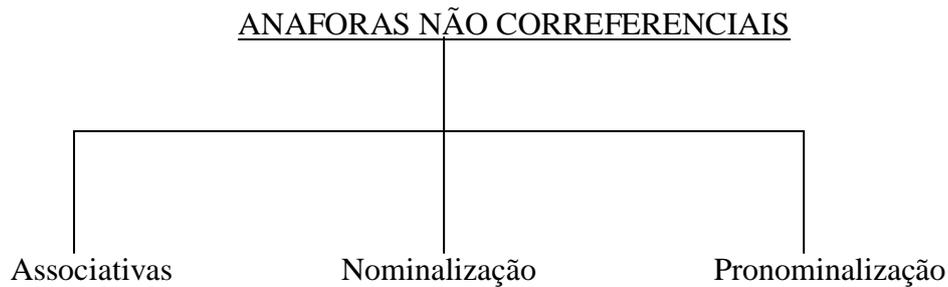


FIGURA 4: Esquema ilustrativo das Anáforas Não Correferenciais

Fonte: Marques, 2009, p.48

Em síntese, vê-se que o papel da anáfora não correferencial, valorativa, é a de portadora de informação suplementar, ao contrário da anáfora correferencial, que não traz ou traz pouca informação nova ao texto. Daí vem a importância desse tipo de anáfora (não correferencial), não somente como instrumento de coesão textual (na continuidade/manutenção), mas, sobretudo, como de mecanismo que contribui fortemente para garantir ao texto a sua progressão lexical e a manutenção da dinâmica textual. E tudo isso é de suma importância para um bom desenvolvimento dessa competência textual a ser desenvolvida e melhor direcionada com os alunos de língua portuguesa.

4.1.3 Anáfora Não Correferencial Associativa

Ao ver sob a ótica da concepção *lato*, não é estabelecida uma distinção rígida entre anáfora correferencial e anáfora associativa, pois admite no termo anafórico quer os pronomes pessoais, indefinidos e demonstrativos, quer os grupos nominais introduzidos pelos determinantes definidos, indefinidos e demonstrativos. Já ao ver da concepção *strictu*, é particularizado o caso da anáfora associativa como a que apenas admite a presença do termo anafórico do determinante definido.

Na “anáfora por associação”, o objeto da segunda aparição não é evocado, mas somente implicado pela primeira aparição. É uma relação que não tem por base a relação de correferência, mas sim de implicação (subentendido, implícito) entre os lexemas. Assim, a

introdução de um termo lexical, que não trata de retoma, abarca a maior parte dos casos de emprego de termos que relacionam a parte do todo. Caracteriza-se por aspectos particulares, sejam eles de natureza léxico-semântica, seja de natureza conceitual (baseados em conhecimento de mundo e em inferências).

Vejamos:

(10) Hoje pela manhã, na esquina da Av. Ipiranga com a Av. Silva Só, aconteceu *um grave acidente* envolvendo um Fusca e um Gol. *Os feridos* foram imediatamente encaminhados ao Hospital de Pronto-Socorro. (adaptado de Menuzzi, 30 de abr 2011, p.18)

No exemplo (10), a descrição definida *os feridos* não apresenta nenhum antecedente, porém está ancorada em um termo anterior (*um grave acidente*), que é reativado por essa expressão definida. Essa relação não está fundamentada em correferência, mas sim de referência, o que significa dizer que a descrição definida não retoma o termo antecedente, apenas está relacionado com ele de alguma forma.

4.1.4 Anáfora por Nominalização

A anáfora por nominalização preenche funções que atribui novas categorias aos segmentos do discurso precedente, condensando as informações num valor resumitivo ou possibilitando uma mudança de categoria gramatical quando o antecedente é um predicado e o termo anafórico é um nome deverbal. Segundo estudos feitos por M. Vilela, B. Combettes e S. Moirand (apud Figueiredo, 2003, p. 240), o mecanismo de nominalização, “além de seu caráter sintático e lexical, é um fenômeno relevante que contribui simultaneamente para fazer lembrar ao ouvinte/leitor o essencial da informação, por meio da síntese de sintagmas, de ligações de partes do texto e resumos de partes do discurso.”

Assim, a estrutura sintática da nominalização provém ou de um grupo de verbo – nominalização deverbal, –ou de um grupo de adjetivos – nominalização deadjetival –, correspondendo à redução de uma oração, o que permite, como no caso do aposto, uma hierarquização das informações.

Vejamos:

(11) Indignado com os escândalos políticos, o designer Chester Martins *convidou os usuários do Facebook a participar de um protesto* nas ruas do Rio de Janeiro. *A iniciativa* estimulou várias pessoas a organizarem outros protestos pela rede social. (adaptado de **Veja**, 05 de out., p.97)

O nome *a iniciativa*, no exemplo acima, suscita que só o segmento *convidou os usuários do Facebook a participar de um protesto* é suscetível de ser categorizado como o antecedente do termo anafórico. Percebe-se que houve um “laço predicativo”, ou seja, na aparência de uma simples retoma – que é um fator de coesão textual – a substituição anafórica permite fazer o texto avançar numa nova direção, já que o termo anafórico *a iniciativa* constrói um referente novo que ainda não foi mencionado anteriormente.

4.1.5 Anáfora por Pronominalização

A anáfora pronominal constitui o tipo mais comum de anáfora. Acontece quando um pronome – pessoal ou demonstrativo – retoma um sintagma nominal. Os pronomes se caracterizam pela sua capacidade de substituição e pela ausência de determinação semântica. Por não serem dotados de referência virtual, constroem o seu valor referencial através da referência virtual e atual do antecedente.

Entretanto, os pronomes podem ser correferenciais (conforme visto em capítulos anteriores) se o processo anafórico se realizar por retoma do antecedente – ilustrado no exemplo (1), assim como também não correferenciais, se o processo anafórico for baseado na utilização de um pronome que atribua novas categorias aos segmentos do discurso precedente, condensando-os (exemplo (4)).

Voltando aos exemplos (1) e (4):

(1) “Com 800 milhões de usuários em seu Facebook, o americano *Mark Zuckerberg* (A) é o homem mais poderoso da internet. Há alguns dias *ele* (B) mudou as regras da sua rede social.” (**Veja**, 05 de out. 2011, p. 90)

(4) “Será possível, por exemplo, *assistir a filmes dos estúdios Dream Works, Paramount e Universal*, bastando para *isso* ter uma conta no Netflix, site de vídeo por demanda que acaba de chegar ao Brasil.” (**Veja**, 05 de out. 2011, p. 95)

Neste, o valor sintético e resumido do pronome demonstrativo *isso* é evidente, devido à “compactação” que causou com toda a informação anterior contida no antecedente. O termo anafórico *isso* operou, no exemplo revisto, como uma espécie de termo que recapitulou e abriu um desenvolvimento da questão apresentada.

Dessa forma, pode-se então afirmar que a anáfora por pronominalização funciona como um constituinte de fechamento e de continuidade, sendo que essas duas operações são feitas simultaneamente. No entanto, ao contrario da anáfora por nominalização, a pronominalização não acrescenta qualquer conteúdo argumentativo, pois o pronome é isento de determinação semântica.

Nota-se que há, também, ocorrências de pronomes pessoais de terceira pessoa empregados como anáforas não correferenciais.

Veja o exemplo que se segue:

(12) *Os noivos* discutiam vigorosamente sobre os acertos para a cerimônia religiosa. Observando-o à distância, percebia-se que *ele* discordava de tudo.
(adaptado de Marques, p.56)

Observa-se que o pronome pessoal *o* retoma o antecedente *os noivos*, instaurando, assim, uma relação anafórica correferencial pronominal. No entanto, o pronome pessoal *ele* refere-se a homem, embora esse não citado, mas baseado numa relação de dependência interpretativa, pois, tradicionalmente, a relação *noivos* é formada por um homem e uma mulher. Entra-se, então numa relação anafórica não correferencial pronominal, em que não há uma mesma referência.

Recapitula-se que há uma relação anafórica não correferencial na medida em que o termo anafórico e o antecedente não possuem a mesma referência virtual e o processo anafórico se dá baseado numa relação de dependência interpretativa cuja relação se baseará através de inferências. Acrescenta-se que também são necessários que estejam presentes no contexto anterior elementos que sirvam de apoio para a interpretação do pronome.

5 A anáfora no ensino da língua portuguesa

Conforme vimos, o uso de recursos coesivos contribui para que o texto possua uma “boa relação” entre os novos termos semânticos que lhe são inseridos e assim interligados. Dessa forma, ocorre uma continuidade temática de modo que a coerência textual não seja prejudicada. Então, sob essa ótica, um texto, de alguma forma, necessita de um elo coesivo para se articular. Como pudemos perceber, a anáfora faz, geralmente, o papel desse elo que unifica e, ao mesmo tempo, garante a continuidade e progressão das idéias presentes no âmbito textual.

O trabalho desenvolvido tem por base a convicção de que os estudos das relações anafóricas são de suma importância para a organização textual dos alunos. O desenvolvimento de competências na expressão escrita desses faz-se necessário, pois a incoerência e a falta de coesão frequentemente apresentados demonstram a carência de estratégias e de suportes que lidem com esses problemas tão recorrentes nas produções dos estudantes. Nota-se também que quanto mais longo é um texto, mais a densidade anafórica pronominal e nominal será importante para interligar os termos, dado esse que o estudante, em sua maioria, não compartilha.

Sendo assim, ressalta-se também a importância do bom uso dos termos anafóricos para evitar palavras repetitivas, assim como frases de difíceis interpretações e ocorrências de ambiguidades semânticas e lexicais. Convém então salientar que este trabalho buscou trazer a sua contribuição para o ensino de língua numa perspectiva textual, reunindo questões teóricas que serviram de base para a sua fundamentação.

Foi extraída de uma revista de grande circulação nacional a maioria dos exemplos utilizados, primeiramente, por ela servir como um ótimo material de apoio e de trabalho com textos em sala de aula; segundo, por ser um veículo que ilustra os mais diversos assuntos pertinentes no âmbito social e cultural; terceiro, por ser um periódico de fácil aquisição pelas escolas ou por qualquer estudante.

Acredita-se que o educador deva colaborar na produção escrita, através de atividades de leitura, escritura e reescritura, buscando tanto o nível da argumentação, como também o nível da linguagem dos seus alunos. Tendo em vista que o texto é fundamental no ensino-aprendizagem de uma língua, a anáfora constitui um recurso importante no desenvolvimento

de competências para a expressão escrita do aluno, tornando-o apto a compreender e explorar o modo como os elementos linguísticos se interligam para uma construção apropriada, tornando, por fim, suas produções mais coerentes e coesivas.

Considerações Finais

O objetivo geral deste estudo foi o de reconhecer e comprovar de fato a importância do emprego adequado da anáfora para a constituição de um texto coerente e bem articulado.

Tendo em vista que a anáfora é um recurso coesivo referencial que permite estabelecer conexões significativas as quais proporcionam ao texto uma sequencialização lógica e coerente, este trabalho foi desenvolvido a partir de estudos teóricos adequados sobre o assunto.

Convém lembrar que o texto é uma unidade linguística de sentido e de forma, falada ou escrita, dotada de textualidade, sendo essa de um conjunto de propriedades que lhe conferem a condição de ser compreendido como sendo de fato um texto. A anáfora, constituinte da coesão referencial, é um fator decisivo para o bom e eficaz entendimento de uma produção textual, visando a um compartilhamento de interações necessárias entre o locutor e o interlocutor.

Sendo assim, a intenção da pesquisa constituiu-se como uma tentativa de auxílio no processo de análise dos mecanismos de usos anafóricos. Dessa maneira, ao concluí-la, acredita-se que possa contribuir de alguma forma, para a compreensão ao processo de produção textual, assim como servir de suporte a sua elaboração adequada.

Referências

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 11 ed. São Paulo: Ática, 2010.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1983.

FIGUEIREDO, Olívia Maria Ferreira Gonçalves. **A Anáfora nominal em textos de alunos: a língua no discurso**. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a ciência e a tecnologia. Distribuição Dinalivro, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. (Repensando a língua portuguesa). 7. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. (Repensando a língua portuguesa). São Paulo: Contexto, 1990.

MARQUES, Isilda Gaspar. **Anáfora Associativa – propostas de abordagem em contexto escolar**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009. (dissertação de mestrado em Linguística e Ensino, área de especialização em Linguística Aplicada). Disponível em: <<http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/dissertacoes/dissertacoesdemestrado/isildagaisilda gaspa>>. Acesso em: 12 out. 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo, (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

MENUZZI, Sérgio. **Sintaxe da Língua portuguesa – uma perspectiva funcional: O uso de pronomes, substantivos e outras expressões nominais**. Instituto de Letras. UFRGS, 2011. (material de aula do curso de especialização Gramática e Ensino da Língua Portuguesa, 5ª edição)

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **Leitura e (Re) escrita de textos: subsídios teóricos e práticos para o seu ensino**. 3. ed. Catanduva, SP: Editora Rêspel, 2011.

Revista Veja. Edição 2237. Ano 44. n. 40. São Paulo, 05 out. 2011.